

O SERTÃO CARIOCA: A PARTIR DA OBRA DE MAGALHÃES CORRÊA (1936) E AS RESSIGNIFICAÇÕES DO TERRITÓRIO

Rosilaine Souza de Araújo da Silva ¹

RESUMO

Neste artigo, destacamos a obra o “O Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa (1936), como importante literatura publicada como reportagens de jornal entre 1931 e 1932 e depois como livro (1936), inclusive reeditado recentemente (2017), como bibliografia importante para entender a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, principalmente o entorno do Maciço da Pedra Branca que aparece na obra como uma centralidade e que contribuiu fortemente na construção de um imaginário sobre essa região, desde o seu passado de predominância rural até seu processo de urbanização e periferização mais recente. Utilizaremos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica que além de resgatar esse clássico pretende dialogar com outros/as pesquisadores/as que vem apontando para um sentido de disputa pelo termo “sertão carioca” pelos trabalhadores rurais desde a luta pela terra, principalmente de 1930/1970, como indica Santos (2018) e Martins (2024) mas também sua ressignificação mais recente em projetos de agroecologia, identidade e memória social, segundo Rodríguez Cáceres (2023) e Silvia Baptista et al (2020).

Palavras-chave: Sertão Carioca, Zona Oeste, Ressignificação a partir das lutas.

RESUMEN

En este artículo, destacamos la obra “O Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa (1936), como importante literatura publicada como reportajes periodísticos entre 1931 y 1932 y posteriormente como libro (1936), incluso recientemente reeditado (2017), como una importante bibliografía para comprender la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro, especialmente el entorno del Maciço da Pedra Branca que aparece en la obra como centralidad y que contribuyó fuertemente a la construcción de un imaginario sobre esta región, desde su pasado de predominio rural hasta su más reciente proceso de urbanización y periferización. Utilizaremos la investigación bibliográfica como procedimiento metodológico, que, además de rescatar este clásico pretende dialogar con otros investigadores que vienen apuntando a un sentido de disputa sobre el término “sertão carioca” por parte de los trabajadores rurales desde la lucha por la tierra, principalmente de 1930 a 1970, como indican Santos (2018) y Martins (2024), pero también su resignificación más reciente en proyectos de agroecología, identidad y memoria social, según Rodríguez Cáceres (2023) y Silvia Baptista et al (2020).

Palabras clave: Sertão Carioca, Zona Oeste, Resignificación a partir de las luchas.

¹ Professora da rede pública do Rio de Janeiro (SME/RJ e SEEDUC/RJ) e Doutoranda em Geografia pela PUC/RJ, rosesapereira@yahoo.com.br;

INTRODUÇÃO: DISPUTAS E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE O SERTÃO CARIOCA

Prefácio Poético

“Onde dizem que a Av. Brasil termina

Para nós é o lugar que ela começa

Terra de inúmeras possibilidades

Que a arte brota do chão

Regadas pela invisibilidade

Ditos cariocas do sertão (...)”

Por Thiago Mathias - Poeta Dife, Bangu – Zona Oeste.

Poesia Preta - Poetas Negros da Zona Oeste, p.19, 2022

Neste momento cabe situarmos a Zona Oeste dentro da cartografia do município do Rio de Janeiro, que desde do primeiro plano diretor da cidade (lei complementar 16 de 1992) é dividida em cinco áreas de planejamento, então, quando indicamos a Zona Oeste, abordamos a área de planejamento 4 (AP4) e a área de planejamento 5 (AP5). Como sinalizadas na imagem abaixo, e que na atualidade abrange 2,6 milhões de habitantes, o que equivale a 41% da população, 45 bairros e quase 74% da extensão da cidade do Rio de Janeiro.

O passado da Zona Oeste equivale a região denominada como área rural ou sertão carioca e é atravessado por muitos apagamentos, como a falta de sistematização de informações de sua predominância de atividades agrícolas e lutas pela permanência na terra em processos de expropriação dos lavradores/posseiros até os processos de metropolização e periferização em um *continuum* de espoliação. Neste sentido, este trabalho constrói como caminho metodológico o resgate da obra “O Sertão Carioca” de Armando Magalhães Corrêa (1936) dialogando com outros autores/as e pesquisadores/as do território para refletir as ressignificações que o termo sertão carioca vem ganhando a partir das lutas ao longo do tempo na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.



A história do que hoje conhecemos como Zona Oeste começa em 1567, dois anos após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, quando o capitão mor Cristóvão Monteiro recebia suas primeiras sesmarias — que abrangiam parte de Guaratiba e de Santa Cruz — devido aos serviços prestados na luta contra os índios Tamoios e os franceses pela conquista da cidade. Em 1673, foi criada a Freguesia de Campo Grande, que se localizava para além dos campos do Irajá e era dotada de variados tipos de solo, favorecendo diversos usos e distintas lavouras. A antiga Freguesia estava sob controle da Companhia de Jesus. Atualmente, aquela imensa área é composta pelos bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos (NICOLA, 2021, p.844)

Destacamos a obra “O Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa (1936), como importante literatura publicada como reportagens de jornal entre 1931 e 1932 e depois como livro (1936), inclusive reeditado recentemente (2017). Na obra, descreve-se os locais da área rural da capital do Brasil, tendo o Maciço da Pedra Branca como uma centralidade, o que contribuiu fortemente na construção de um imaginário sobre essa região. Abaixo podemos visualizar registro do autor:



Imagem 2: representação do Sertão Carioca por Magalhães Corrêa. Fonte: Corrêa, 1936.

Essa representação distanciava o “sertão” das ideias de desenvolvimento, progresso e cultura, a partir da descrição de um homem branco, morador da área central da capital², assim, o “sertão” aparece como oposição a *urbes* carioca. Essa forma de representação da área rural, dissemina-se em um contexto de disputas, como aponta Leonardo Santos no fragmento abaixo:

Um detalhe muito importante da história da denominação do Sertão Carioca é que ele seria ressignificado pelos próprios movimentos de luta por terra dos pequenos

² Segundo Franco e Drummond (2005, p. 1037) “Após muitas excursões de campo a Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Guaratiba, e às encostas do maciço da Pedra Branca, acabou comprando um sítio em Jacarepaguá, onde fixou residência. Com base nesse sítio, passava fins de semana e períodos mais prolongados caminhando extensamente e fazendo anotações sobre os aspectos naturais e humanos daqueles locais então ainda ermos da periferia da grande urbe carioca”

lavradores cariocas: se com Corrêa o termo Sertão destacava a situação de atraso da região, com os pequenos lavradores ele passa a ser o símbolo de um território de disputas sangrentas e alvo de violência por parte de grileiros. Ao mesmo tempo, Sertão era também a reafirmação de um certo projeto de desenvolvimento para a zona rural, na medida em que Sertão Carioca era tratado como um Cinturão Verde, a ser preservado (SANTOS, 2019, p. 376).

Essa disputa, pela representação dos territórios e de suas gentes, deixou um lastro que aponta para a ressignificação do termo “Sertão Carioca” por movimentos sociais, moradores/as e pesquisadores/as como Silvia Baptista et al (2020, p. 141) que aponta para redes de agroecologia em “um exercício contra-hegemônico diuturno e capilarizado nas rotinas alimentares, seja dos agricultores, seja dos consumidores, seja das compras para alimentação escolar, seja no cultivo de seu próprio alimento nos quintais” e que assumem a representação do “Sertão Carioca” como parte de uma identidade.

Vale destacar que o recorte desse “novo sertão carioca” está atrelado ao Maciço da Pedra Branca, agora na forma de Parque Estadual da Pedra Branca (lei estadual nº2377/1974) e seu entorno direto, que é uma área “nem inteiramente rural, nem totalmente urbana, mas híbrida” (RODRÍGUEZ CÁCERES, 2023, p. 24) e que sofre com a especulação imobiliária em seu entorno.

Ou ainda, através da representação por parte do Estado, temos a criação da área de preservação ambiental/APA Sertão Carioca (decreto nº 49.695/2021), e ainda, o fomento de parcerias como do projeto “Sertão Carioca: Conectando Cidade e Floresta”³.

Através dos meios de comunicação de grande veiculação temos um reforço da oposição “Sertão Carioca-cidade”, como no título da reportagem de “O Globo”⁴ intitulada “O Sertão Carioca: Cerca de dez famílias vivem isoladas na região mais alta e isolada da cidade, em casas de pau a pique e sem energia elétrica”, ou seja, trata-se dos “sem”, do atraso, da distância e das carências urbanas.

Destaca-se ainda pesquisas como Leonardo Santos (2018) “Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)”, Daniel Martins (2024); “A Grilagem de Terra no Sertão Carioca: Desdobramentos do Direito Liberal

³ “O projeto é realizado pela AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) e articula as comunidades Quilombolas Cafundá Astrogilda, Camorim e Dona Bilina, além de comunidades do entorno da unidade de conservação do Parque Estadual da Pedra Branca. Tem o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental”. Disponível em <https://projetosertaocarioca.wordpress.com/> (consultado em junho de 2024).

⁴ Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130> de 04/10/2015.

no século XX” e Stella Rodríguez Cáceres “O “sertão carioca” da ruralidade à conservação ambiental no contexto da expansão urbana no Rio de Janeiro” (2023). Para essa autora, no processo de ressignificação desse termo, ocorre “a elaboração de uma memória sobre o “sertão carioca” voltando-se para a divulgação de uma identidade que se reconstrói no presente” (RODRIGUEZ-CÁCERES, 2023, p. 28).

Desta forma, as disputas em relação as formas de representar o sertão carioca se mantêm forte na história social da Zona Oeste e cada vez mais se associam as resistências e as lutas pela terra ao longo do tempo na região, essa é a justificativa para o caminho que decidimos seguir ao resgatar a obra “O Sertão Carioca”, afinal, esse livro, com tantas contradições, mantém-se vivo e pulsante ao ser acionado a partir desse contexto de disputas por ressignificação a partir dos territórios, sujeitas/os e movimentos sociais para entender a Zona Oeste, dentro de sua história/geografia.

REFERENCIAL TEÓRICO: NOTAS SOBRE A OBRA: “O SERTÃO CARIOCA”

Acreditamos que vale algumas observações iniciais antes de trazer os pontos da obra “O Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa (1936) que contribuem para entender a Zona Oeste ao longo do tempo, ou seja, as permanências e rupturas. Enquanto permanência destacamos a concentração de terras e a grilagem como problema social que atravessou o tempo e que é relatado por Corrêa, por exemplo, através da grilagem, especulação imobiliária e violência exercida pelo Banco Crédito Móvel nas terras do sertão.

Por outro lado, como principal ruptura, apontamos a expansão da fronteira urbana, que muda o “sertão carioca”, já que na década de 1980, podemos falar de uma predominância da população urbana e intensa periferização, com projetos de loteamentos proletários desde 1937 e conjuntos habitacionais populares através do sistema de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e Banco Nacional de Habitação (BNH) na década de 1960.

A área rural do distrito federal denominada pelo autor de “sertão” e que imaginamos ocorreu pela associação a área de interior ou as práticas rurais afastada do centro urbano e com pouco povoamento, como no trecho “ahi encontrei uma população laboriosa, bem brasileira, cujos os usos e costumes me levaram à denominação de *sertão carioca*” (CORRÊA, 1936, p. 24).

No entanto, essa denominação não está isolada, no caso da reflexão acadêmica a partir da geografia brasileira em 1930, como observa Zusman (2002, 317) ao resgatar os estudos de

Pierre Monbeig, surge principalmente quando “o pioneirismo pareceria ser a peça-chave dessas transformações, enquanto o processo sócio-econômico, que representando o avanço da atividade agrária no “sertão”, simboliza o projeto de uma elite paulista de fundar um novo Brasil”.

Vale destacar, como indica Santos, no fragmento abaixo, que a denominação “Sertão Carioca” está vinculada diretamente a Magalhães Corrêa:

A década de 1930 chega e traz com ela várias novidades para a zona rural carioca. Uma delas é o próprio nome pelo qual passa a ser designada – *Sertão Carioca*. Entre 1931 e 1932, Magalhães Corrêa, naturalista autodidata, especializado em taxologia, escreve um estudo pioneiro sobre a zona rural do Distrito Federal para o jornal *Correio da manhã*, que é publicado em vários artigos, que foram posteriormente reunidos numa edição única pelo IHGB em 1936. O nome por ele cunhado foi amplamente reconhecido e desde então a zona rural passou a ser chamada de Sertão Carioca pela imprensa, vereadores, autoridades municipais, partidos e pelos próprios habitantes da região. (...) Em termos geográficos, o trabalho de M. Corrêa traz uma importante mudança: em sua obra, a zona rural passa a compreender os distritos de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Jacarepaguá e não mais as circunscrições de Inhaúma, Irajá e Méier (SANTOS, 2018, p.64)

Percebemos, desde o início da leitura de *O Sertão Carioca*, um autor conservacionista, que descreve com precisão a paisagem e demonstra certa sensibilidade às gentes do sertão carioca. O foco do livro não recai sobre os latifundiários ou grandes proprietários de terras; ao contrário, intuímos que o autor carrega uma crítica, ainda que velada, ao poder das oligarquias rurais — os “coronéis” — que dominavam a política local, controlando votos e cargos.

Ao longo da obra, são os trabalhadores que ganham visibilidade: pescadores, lavradores, esteireiras, cesteiros, oleiros, ambulantes rurais, carpinzeiros, tamanqueiros, bananeiros — sujeitos que habitam e constroem o sertão carioca em meio a espoliação fundiária, ou nas palavras de Corrêa (1936, p. 236), eram “abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica suficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nessa vasta região do Districto Federal, como se não fossem brasileiros”.

No entanto, alguns aspectos do livro geram incômodo. Notamos que apenas quando se trata de uma população não-branca — os denominados “mestiços” — surgem marcadores de “raça”, como “preto” e “crioulo”, como no fragmento “Éramos eu, minha mulher, meu filho e o crioulo Roberto, de 38 anos de idade” (CORRÊA, 1936, p. 52). A partir disso, é possível identificar um olhar do outro sustentado no par superioridade/inferioridade, expressando

novas formas de perpetuação do racismo. Termos como “primitivos”, “alma pura”, “incultos”, “ingênuos” e “selvagens” aparecem associados a esses sujeitos, revelando uma narrativa que romantiza a exclusão e reforça estigmas sob o manto de uma suposta pureza nacional⁵ revelando a aderência a um projeto nacional baseado na normatização dos corpos e na exclusão das diferenças, em sintonia com os ideais racistas e higienistas da época⁶.

A partir do exposto, a leitura que fazemos sobre o livro “O Sertão Carioca” aponta para posicionamentos políticos fortes e contraditórios, vinculados a herança colonial brasileira, afinal, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006) e que existe uma sensibilidade de Corrêa em relação a descrição dos “mestiços” do sertão carioca que lembra os “quase da família” ou o lugar de produção de riqueza destinada ao trabalhador com todas as limitações/exclusões/exploração que isso pode acarretar na dinâmica social, política, econômica e cultural fruto de uma herança colonial, escravagista e de uma racionalidade eurocêntrica, que por vezes, “o que faz é folclorizar” (GONZALEZ, 2020, p. 204).

Optamos, a partir deste ponto, por destacar mais detalhadamente as permanências presentes na obra *O Sertão Carioca* (1936) e que possibilitam compreender a produção do espaço na Zona Oeste, como a luta pela terra, articulando a leitura de Corrêa a outros autores e autoras que se debruçaram sobre o tema e de alguma forma acionaram o termo “sertão carioca”. Nesse sentido, concordamos com Daniel Martins (2024, p. 45), ao analisar a grilagem de terras no sertão carioca — uma questão já recorrente nas entrelinhas da obra de Corrêa:

Nessa simplificação da dinâmica social, que ignorava completamente as heranças, usurpações e privilégios, acabavam sofrendo os indígenas e pessoas pretas, pois a abolição não acabou com o preconceito. A discriminação encontrou na ideologia liberal a sua existência, dessa vez travestida na concepção das capacidades individuais. Toda divisão social e adaptação das justificativas segregadoras levaram a uma sociedade desigual e dilacerada, ou seja, uma sociedade ainda colonizada

⁵ Esse posicionamento será reafirmado nas considerações finais da obra, quando o autor apresenta um “pequeno programa para a defesa do que é nosso” (CORRÊA, 1936, p. 238), estruturado em quatro itens. Em dois, a palavra “eugenia” surge como parte do caminho para a construção de “um Brasil grande e forte”.

⁶ Em 1929 aconteceu o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Brasil, no Rio de Janeiro, um dos organizadores do evento é referenciado no livro, a saber, Roquette Pinto. Tamano (2022) afirma que o pensamento eugenista não era homogêneo, e que o grupo ligado a Corrêa era mais “brando”, os “mestiços” poderiam se integrar nesse projeto de modernização da nação, embora, sabendo o seu “lugar”.

Para entender a constituição dessa região, vamos sistematizar algumas inflexões importantes, dialogando com os/as autores/as Magalhães Corrêa (1936) e Leonardo Santos (2018). Ressaltamos que os eventos não devem ser vistos em sucessão, mas em simultaneidade de processos, que para compor o escopo explicativo desta pesquisa, indicamos a partir de suas predominâncias.

A primeira inflexão não podemos localizar no tempo, mas no espaço, trata da área denominada Planície Maré de Guaratiba, situada em uma intersecção ambiental entre o mar aberto e o continente, onde existem muitos fragmentos para contar sobre a história/geografia, mas sobretudo apagamentos, por exemplo, é nesta região onde encontramos a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba (criada em 1974) local do Sambaqui Zé Espinho (sítio arqueológico)⁷ onde encontramos o ancestral mais antigo registrado em nosso município há cerca de 2 mil anos.

Também é onde encontramos levantamentos de informações e da memória coletiva nos territórios antes ocupados pelos povos originários, como os Tupinambás, seja em iniciativas como do Ecomuseu de Sepetiba⁸, ou em estudos como de Rafael Silva (2024) no livro “O Rio antes do Rio”, que possibilitou a construção do mapa abaixo, com as principais aldeias da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro:

⁷ Série esquelética de 24 indivíduos, aos quais 15 esqueletos adultos com cerca de 2 mil anos

⁸ Criado em 2009 se constitui em um movimento comunitário que dentre outras atividades realiza um roteiro a pé pelo bairro de Sepetiba.

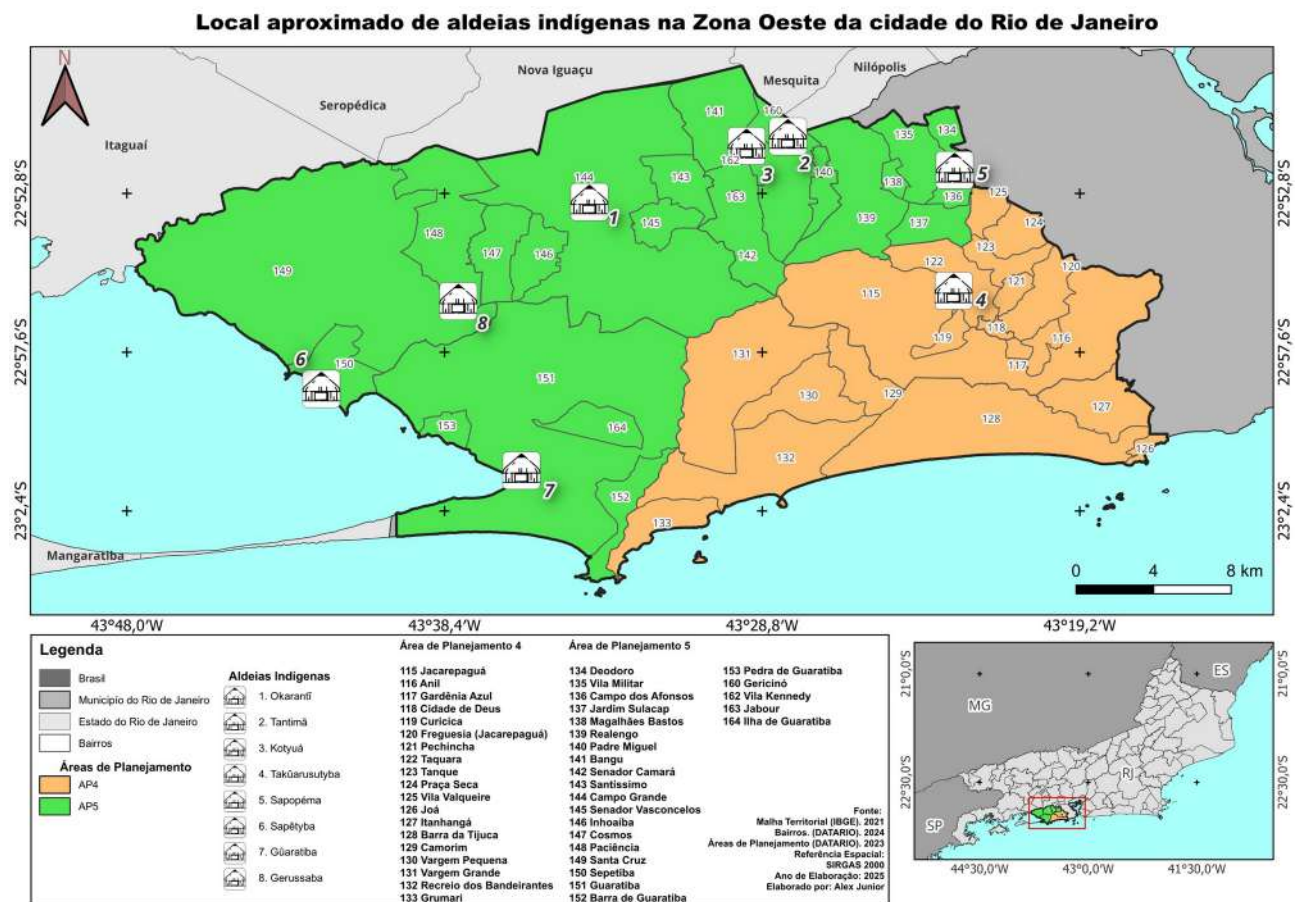


Imagem 3: Principais aldeias da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2025) a partir do livro “Rio antes do Rio”

Nesta direção, Corrêa (1936), ao resgatar, com objetivo da descrição, a toponímia dos locais e da natureza do sertão carioca a partir do tronco indígena tupi, nos conecta a uma herança ancestral dos povos originários, deixando pistas interpretativas: nada de “espaço vazio”, “natureza intocada” ou “início de história da região a partir da colonização portuguesa”, pelo contrário, muitos rastros, como no nome de estradas e bairros como de Guaratiba e Sepetiba e, ainda, na presença dos sambaquis, como aparece no fragmento: “nesse recuo do mar quaternário, atestam os antigos sambaquis, — Sernambetiba — sitio de Sernambys (marisco)” (CORRÊA, 1936, p. 27).

Se atualmente, a cidade do Rio de Janeiro, possui a quarta maior população indígena em área urbana do Brasil (IBGE, 2010), é no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade, que encontramos o maior número de indígenas, são 373 segundo o censo de 2010, no entanto, Silva (2024, p. 124) indica que isso não é uma novidade, pois Okarantí “área correspondente ao grande planalto alcançado após o imenso vale que se estende entre os

maciços do Mendanha e da Pedra” tenha “sido a maior taba da região mais densamente povoada”, ou seja, essa região, que nos registros encontrados pelo autor se estendia de Campo Grande até Santíssimo era a maior aldeia do Rio de Janeiro no século XVI.

Revela-se o processo de expropriação, aqui entendido a partir de Fraser (2014, 2020) como um mecanismo de acumulação contínuo, que as diferentes populações serão submetidas, a saber, os povos indígenas, seres humanos escravizados/as e os lavradores/as, onde “saqueando camponeses, escravizando africanos, expropriando povos indígenas, tudo com um indiferente desprezo pelas sutilezas da família, comunidade e do parentesco” (FRASER, 2020, p. 101), ocorrerá a produção desse espaço.

A Segunda inflexão trata do processo de colonização tendo como marco 1567 quando “o capitão-mor Cristóvão Monteiro recebia suas primeiras sesmarias — que abrangiam parte de Guaratiba e de Santa Cruz — devido aos serviços prestados na luta contra os índios tamoios e os franceses pela conquista da cidade” (NICOLA, 2021, p. 844), inaugura-se “uma história de poucas famílias” (MANSUR, 2008, p. 13) baseada, predominantemente em “terra de latifúndios, de senhores e senhoras de engenhos e fazendas” (MANSUR, 2008, p. 12).

É claro que muitas resistências são construídas a esse modelo baseado no latifúndio, monocultura e escravização de seres humanos. Em Corrêa (1936) aparece o reconhecimento de área quilombola, ao indicar a “Pedra do Quilombo”, região onde atualmente, encontramos, conectados pelo maciço da Pedra Branca, três comunidades quilombolas, são elas, o quilombo Camorim, o quilombo Cafundá Astrogilda (Vargem Grande) e o quilombo Dona Bilina (Rio da Prata de Campo Grande), como já indicava Moura (1981, p. 87) “o quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo”. Vemos o fragmento:

Pedra do Quilombo, a 767 metros de altura, na Serra do Nogueira, de difícil acesso, não só pela sua declividade como pelas pedras, verdadeiros seixos rolados, espalhadas pela estrada (...) outr’ora refúgio dos pobres negros escravos, que fugiam aos “bons” tratos dos senhores fazendeiros (CORRÊA, 1936, p. 45).

A terceira Inflexão aponta para a República Velha (1889-1930) ou seja, o pós Proclamação da República, quando dentre muitas mudanças, “a região se tornou zona rural do Distrito Federal” (MANSUR, 2008, p. 13) e ganha força uma representação para nosso recorte espacial de área “decadente”, “abandonada” e “pouco produtiva” que para Santos (2018, p. 51) “o discurso sobre a “decadência” dizia mais respeito a um olhar saudoso da

época das grandes plantações movidas pelo trabalho escravo do que a processos que efetivamente ocorriam na região”, que com o fim da escravização e as novas relações no mundo do trabalho e do avanço do liberalismo, torna-se “necessário atrair uma nova mão de obra para as terras” (...) baseada na “introdução na área do pequeno lavrador, seja como foreiro, arrendatário ou parceiros” (SANTOS, 2018, p. 47).

Podemos indicar que tal representação de “decadência” pode estar vinculada a inserção das classes trabalhadoras na produção desse espaço e ao processo de estigmatização criado historicamente pelos grupos dominantes as diferentes formas de habitar e trabalhar dos pobres, mesmo que o que estivesse em jogo não fosse o direito a propriedade, como esclarece Santos (2018, p. 48) “se negocia é o direito de uso sobre a terra e não a terra em si”.

O censo de 1920 estudado por Santos (2018) indica a potência e diversidade da produção agrícola na zona rural do Distrito Federal que “concentravam o maior número de cabeças de gado, tinham maior produção de arroz, feijão, batata inglesa, cana, eram os únicos que produziam algodão e mamona, e detinham a segunda maior produção de café, milho e mandioca”, destaca-se, que neste período, já se trata de “pequenas unidades de produção” (SANTOS, 2018, p. 56), no entanto, a propriedade da terra estava concentrada sim (e a maior parte em mãos da União), mas não seu uso.

Ainda importante, é refletir a região da zona rural, como área de atuação de um forte coronelismo, ou seja, de prática de cunho político-social protagonizada pelo proprietário rural, ao controlar os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local, neste caso, o “grupo do “Triângulo”, composto por Augusto de Vasconcelos, Felipe Cardoso e Raul Barroso, detentores majoritários do poder político junto aos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, respectivamente” (AZEVEDO, 2014, p. 01). Sobre essas articulações políticas não escreve Corrêa (1936).

Tais lideranças políticas alcançaram maior prestígio no período em que o Rio de Janeiro era governado por Pedro Ernesto (1931-1934 e 1935-1936) atraindo a construção de escolas, hospitais, mas:

controlavam com extrema rigidez o eleitorado de uma área estratégica para o campo político carioca. Sua força e importância política eram muito grandes, chegando a eleger seus três principais líderes para a Câmara dos Deputados, no pleito federal de 1896, em que os três foram os mais votados. Além disso, os candidatos apoiados pelo grupo sempre recebiam votação expressiva (AZEVEDO, 2014, p.42).

Outra inflexão, a partir de 1930, marca o ciclo nacional-desenvolvimentista brasileiro, temos obras de infraestrutura voltadas para a zona rural, por exemplo através das “obras realizadas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) nas Baixadas de Jacarepaguá e Sepetiba” (SANTOS, 2018, p. 74) e “à eletrificação dos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil, ainda durante o governo Vargas, a partir de 1937, facultando mais agilidade, rapidez e menores custos nos deslocamentos da população para os subúrbios, para a zona rural até Santa Cruz” (AZEVEDO, 2014, p. 28). Mas é também nesse ano que se aprova a lei do loteamento proletário, com mudanças no parcelamento do solo nas áreas rurais e suburbanas.

A atuação política partidária⁹ durante longo período continuou marcada por certos “coronéis”, disputando inclusive, “o direito de ser reconhecido como “legítimo” defensor dos lavradores cariocas” (SANTOS, 2018, p. 251), dos seus votos e ainda, de algumas pautas, tais como zoneamento rural, combate as ameaças de despejos e alto preço cobrado pelos intermediadores do processo agrícola, como os comerciantes do mercado municipal carioca, enquanto processos que traziam prejuízos a toda à população do Distrito Federal, principalmente em relação ao seu abastecimento.

Neste cenário, Azevedo (2014) e Santos (2018) indicam uma atuação política clientelista, com barganha de cargos (empreguismo), troca de favores e personalista, ou seja, com a construção de dependência pessoal dos eleitores com vínculo paternalista e criando uma cultura de não-participação política da população da zona rural, mas dentro de uma relação de forças colocando “em evidencia a fragilidade da dicotomia construída entre práticas clientelistas e práticas ancoradas no reforço da cidadania” (SANTOS, 2018, p.278).

Cumprir indicar que as lideranças citadas, mesmo com características por vezes ambíguas e voltadas para sua “base eleitoral”, assumiam posições na direção da defesa dos lavradores/as, enquanto, outros parlamentares “defendiam a grilagem de terras na zona rural” (SANTOS, 2018, p. 259), caso de Domingos Velasco (PSB). Ou seja, “não se pode esquecer que tanto a imprensa quanto o legislativo não formavam um bloco homogêneo” (SANTOS, 2018, p. 272), ou como alerta Barata (2019, p. 118) “a elite rural não era homogênea, pois

⁹ O cenário político era dominado por Caldeira de Alvarenga (Aliança Trabalhista Democrática – ATD) e Cesário de Melo (Partido Republicano - PR), atravessando o século XX (em alguns casos com a continuidade através de outros familiares) mantendo o “grupo do Triângulo”. Enquanto outras lideranças políticas novas conseguiram crescer na região, tais como: Miécimo da Silva (Partido Social Progressista - PSP), Osmar Resende (Partido Social Democrata - PSD), Breno da Silveira (União Democrática Nacional - UDN) e João Luiz de Carvalho (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB).

dividia-se em antigos proprietários de terras e a nova classe urbana, proprietária do florescente comércio de bairro”. Vale citar o caso de Guilherme da Silveira, presidente da Fábrica Bangu, a partir de 1922, também influente na política, com cargos como Ministro da Fazenda em 1949.

Ou seja, outras disputas aconteciam no “Sertão Carioca” e que ficaram invisíveis no livro de Corrêa e que não retrata as novas forças sociais ligadas aos processos de modernização/periferização e industrialização desta região, como em Bangu, com a Companhia Progresso Industrial, popularmente conhecida como Fábrica de Tecidos Bangu (1889/2004), a Fábrica de Cartuchos em Realengo (1898/1977) e o Matadouro de Santa Cruz (1881/1980).

Para Santos, a partir deste período teremos na zona rural do Distrito Federal com um “mercado de terras híbrido” (2018, p. 78), ou seja, de uso agrícola, como apontado no censo de 1920, em plena expansão, inclusive nesta nova década, com a “febre da laranja”, a “cultura da banana” e com um “crescimento das categorias dos arrendatários e posseiros, com a concomitante conservação da propriedade jurídica sobre as grandes propriedades por parte dos antigos donos” (SANTOS, 2018, p. 73), mas também por lógicas não agrícolas.

Para Paulo Barata (2019, p. 97) “o rural e o urbano já estavam justapostos”, afinal mesmo com a era de ouro da citricultura ou a importância da avicultura na região “a partir de 1930 ocorre o aumento dos fluxos migratórios resultando na periferização. É marcada pela profusão de loteamentos populares, autoconstrução ou não, e na difusão de conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado (CORREA, 1989)” (BARATA, 2019, p. 106).

Neste momento as reportagens de Magalhães Corrêa no jornal “Correio da Manhã” em 1931 e 1932 ao criar a denominação “Sertão Carioca” para essa área rural, relacionando a uma nova representação para a região, como um “paraíso” de natureza intocada, favorece ao mercado imobiliário, seja para casas/fazendas de veraneio com a manutenção dos usos agrícolas, ao mercado para a construção de loteamentos e até “a possibilidade de serem utilizados como ativos financeiros” (SANTOS, 2018, p. 80) já que a Segunda Guerra Mundial gerou uma onda inflacionária onde a aquisição de terras era uma garantia.

Assim, aparece em Magalhães Corrêa no livro “O Sertão Carioca” a descrição da diversidade de formas de (I) habitar: são “ranchos, casa de sapê, de sopapo, pau a pique e

frontal” (p.129), além de fazendas¹⁰. Mas também as diferentes formas de (II) trabalhar: “nessa região de laranjais” (p. 199), com “lavradores e pescadores” (p.60), “ambulantes rurais” (p. 225), “de Camorim a Caeté e mesmo no Retiro, Ilha, Guaratiba, Pedra e Sepetiba, nos districtos de Jacarepaguá e Guaratiba, existem innumerous cesteiros profissionais” (p.105), onde: “a vida ahi é como pleno interior do Brasil: São todos caçadores nativos, que dizem poder viver da caça, da pesca e frutas, sem auxilio nenhum dos centros commerciais. Isolados da civilização, moram em ranchos e tapéras, com seus cachorros e espingardas” (CORRÊA, 1936, p.159).

Corrêa (1936) também destaca as formas de se manifestar culturalmente, como através da religiosidade, o autor cita o cristianismo, o protestantismo e religiões de matriz africana, ou de “batuques semelhantes ao caxambú e ao jongo, em que são servidas comezainas” (CORRÊA, 1936, p. 206), para Santos (2018, p. 126) “o papel das próprias igrejas espalhadas nas localidades da região, ponto de reunião e encontro, às vezes de confabulação e mobilização sempre importante junto aos grupos camponeses”, neste sentido, para além do sentido da fé indicado por Corrêa (1936), os espaços religiosos também serviam, por vezes, de trocas de informações, de organização comunitária no Sertão Carioca.

Destacamos ainda que Corrêa (1936) indica elementos da luta pela terra nessa região rural, principalmente com a atuação de agentes imobiliários, como aponta “estas fazendas, retalhadas em lotes 10x50 por companhias aproveitadoras, são hoje pequenas lavouras, pomares, granjas, laranjais, pastos, terrenos pertencentes ao Governo Federal” (CORRÊA, 1936, p. 226). Um destaque neste mercado imobiliário é o “Banco Crédito Movel”, segundo Corrêa (1936, 52) “o banco vende, actualmente, as terras, pois é um grande negócio, o preço varia com a localização”, e ainda, “o banco, hoje em dia, é senhor, desde a Pavuna até o Pontal de Sernambetiba” (p.51), com práticas violentas de expulsão dos lavradores, como descreve Corrêa (1936, p. 51) “Existe alli um zelador do “banco” Caetano do Camorim, verdadeiro capitão do matto, que, com a cumplicidade de um soldado do posto de Vargem Pequena, chamado Severino Marques da Silva, vulgo “Quatro olhos”, pratica as maiores barbaridades”.

¹⁰ Como a Fazenda da Independência, que é dada destaque no livro, por se tratar de pertencido a Manoel Gomes Archer antigo “administrador das matas da Tijuca” (p.202) e que retirava dessa fazenda localizada entre Campo Grande e Guaratiba, mudas para o reflorestamento da Floresta da Tijuca.

Desde o Banco Crédito Móvel e de outros proprietários de terras na região, como professor Raul Goulart, Corrêa (1936), aponta a prática crescente de grilagem, fato importante para entender as lutas pela terra da área rural até a periferização da Zona Oeste:

A Ilha do Marinho, de proprietários coloniais, como provam as moedas achadas nos alicerces da velha habitação e que dizem ter um thezouro escondido, são de prata de 1800 e 1802, actualmente em poder do professor Raul Goulart, seu proprietário; ultimamente, quis o tal Banco de Credito em Liquidação, assenhorar-se, provando ser dono, com cartas do Districto Federal (CORRÊA, 1936, p. 81)

Marca-se assim a expansão do mercado imobiliário no “Sertão Carioca”, não que esse agente produtor do espaço não existisse em momentos anteriores, tanto que é um ponto levantando por Corrêa em sua obra. No entanto, é a partir de 1940/1950 vai se afirmando como fundamental na expansão urbana dessa região, no que se chamaria de “febre imobiliária” e que “estaria criando uma grave questão social com a expulsão de centenas de lavradores de suas terras” (SANTOS, 2018, p. 85).

A representação que perpassa o “sertão carioca” de 1922 até 1964 é de “um espaço de conflito entre “grileiros” e “posseiros” (...) despejos, violência contra lavradores, cumplicidade das autoridades policiais, descaso do poder público, grilagem etc., continuavam a dar o tom da imagem do sertão carioca” (SANTOS, 2018, p. 92), mas também se registra a formação de um novo grupo político: os pequenos lavradores/as que acionam a identidade de posseiros, como sinaliza Santos e Ribeiro (2007, p. 92):

Numa época de tantas mudanças, quase todas dramáticas, os “pequenos lavradores” respondiam e resistiam indo à cidade, protestando nos centros políticos da capital, falando à imprensa, criando organizações políticas etc., estabelecendo uma linguagem de reivindicações de direitos própria àquela conjuntura histórica. Não era só a expansão imobiliária na zona rural da cidade o único acontecimento novo a registrar-se naquele período da história da cidade, mas o próprio surgimento do “pequeno lavrador” carioca, como grupo político que pressionava por uma certa visibilidade no cenário político local, era outro acontecimento inédito. Mas este novo acontecimento era sobretudo a resistência de um determinado grupo contra as transformações provocadas pela urbanização da região em que viviam e trabalhavam; transformações que implicavam a destruição de antigos direitos e da própria possibilidade de sua reprodução econômica enquanto trabalhador rural.

A oposição entre Sertão Carioca-cidade que vive e escreve em sua obra Magalhães Corrêa (1936), onde o Rio de Janeiro é o Distrito Federal do país, e vinha sendo desenhado e

redesenhado por projetos que pensavam o espaço urbano a partir de seu embelezamento associado a praticas higienistas, o alargamento de ruas, a construção de grandes avenidas, mas também, e sobretudo, a remoção e o apagamento de populações de menor poder aquisitivo, apontam um discurso e uma prática modernizadora que só foi possível a partir de sua parte constituinte a periferização e aponta para muitas continuidades, como indica Santos e Dória (2013, p.39): “não se trata desses conflitos de ontem como um acontecimento do passado, mas como expressão de um determinado processo histórico ainda atuante (por tanto, em aberto...)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando percebi o aumento da circulação do termo sertão carioca nos territórios da Zona Oeste, principalmente na agroecológica e agricultura urbana, tive uma primeira e passageira impressão de “imposição” de agenda por parte de instituições e Organizações Sociais em seus processos de construção de pesquisa, projetos e editais. Por isso, a retomada da leitura do livro de Corrêa (1936) e o entendimento de suas potencialidades e limitações se tornou fundamentou em meu processo de reflexão/ação no território, mas sobretudo, buscar o diálogo com autores como Santos (2018) que indicam que esse processo de disputa pelo termo sertão carioca possui um lastro desde as lutas pela terra nas associações de lavradores em um contexto de extrema violência.

Assim, percebemos a partir de lutas e resistências na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro a ressignificação do termo “sertão carioca”, desta forma, resgatar a obra original, publicada em livro em 1936 por Magalhães Corrêa possibilita entender esse contexto de disputas e lutas sociais, que traz vários atravessamentos na reflexão sobre a produção do espaço e da organização popular de ontem e de hoje. Desta forma, amadurecer essas possibilidades de releituras a partir dos territórios e seus sujeitos, destacando suas contradições no tempo/espaço, possibilitam entender a complexidade e contradições do presente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. Milícias e Relações de Poder no Bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, 2014.

BARATA, P. H. A. O Sertão vira Calçadão: a transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico, 2019.

BAPTISTA, S. R. N. et al. Sertão Carioca: a construção social de um território agroecológico. OLIVEIRA, Rogério. FERNANDEZ, Annelise (org.). Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade. – Rio de Janeiro: **Ed. PUC-Rio**, 2020.

CORRÊA, A. M. O sertão Carioca. Rio de Janeiro: **Imprensa Nacional**, 1936.

FRANCO, J. L. de A., DRUMMOND, J. A. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. História, Ciências, Saúde – **Manguinhos**, Rio de Janeiro: v. 12, n. 3, p. 1033-59, set.-dez. 2005

FRASER, N. Tras la morada oculta de Marx. **New Left Review** 86, 2000.

_____. Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São paulo: **Boitempo**, 2022.

_____. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: **Autonomia literária**, 2022.

GONZALES, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, F., LIMA, M. (Org). Rio de Janeiro: **Zahar**, 2020.

MANSUR, A. O velho oeste carioca, Volume I: Outras Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) - Do Século XVI ao XXI. 2008.

_____. O velho oeste carioca volume II: Mais Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) - Do Século XVI. 2011.

MARTINS, D. M. A grilagem de terra no sertão carioca: Desdobramentos do direito liberal no século XX. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 26, 2024. DOI: 10.12957/cdf.2024.83766. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/83766>. Acesso em: 3 maio. 2025.

_____. A grilagem de terra no sertão carioca: desdobramentos das práticas comuns do século XIX no XX. **32º Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Maranhão, 2023. Disponível: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1690741557_ARQUIVO_314eb9262d7e28ac985238d094dc02e7.pdf Acessado em: 30 de junho de 2025.

NICOLA, P. A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador

Camará. **Dilemas**, *Revista Estudos, Conflito, Controle e Sociedade* – Rio de Janeiro – Vol. 14 – no 3 – SET-DEZ 2021 – pp. 843-858

PORTO-GONÇALVES. C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latinoamericana e caribenha. Buenos Aires: **CLACSO**, 2006.

RODRÍGUEZ CÁCERES. L. S. O “sertão carioca”: da ruralidade à conservação ambiental no contexto da expansão urbana no Rio de Janeiro. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 29, n. 66, e660406, maio/ago. 2023

SANTOS, L. S. dos. Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964. Rio de Janeiro: **Agbook**, 2018.

TAMANO, L. T. O. O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil. **Revista Tempo**: Niterói: Vol. 28, nº 3, set/dez, 2022.

ZUSMAN, P. B. Aceleração temporal e transformações espaciais. Os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam conceituar o Brasil e o mundo. Em: SANTOS, Miltos et al. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora **Hucitec** – ANPUR, 2002.